



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: FIOS DE CONFLITUALIDADE ENTRE CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO

Wylamys Santos de Lima¹
Patrick Oliveira Silva²

RESUMO

O campo vem passando por mudanças significativas na forma de produzir, nas técnicas aplicadas e nas relações de produção decorrentes, principalmente, das políticas agrícolas e agrárias implantadas pelas ações do Estado, articulado com os interesses do capital em múltiplas escalas. Neste sentido busca-se com essa pesquisa analisar os processos engendrados pelo metabolismo do capital no que concerne a produção e reprodução do espaço agrário através dos fios conducentes da conflitualidade existente entre agronegócio e campesinato, tendo como recorte espacial os municípios de Simão Dias e Poço Verde em Sergipe e Coruripe em Alagoas. Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho são a pesquisa bibliográfica, principalmente de textos da disciplina de Teoria Agrária ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Federal de Sergipe, e leituras no grupo de pesquisa. A pesquisa se fundamentou numa leitura Materialista Histórico-Dialética da conflitualidade existente entre a lógica de produção camponesa e a lógica de produção do agronegócio, inscrita na interação entre capital e trabalho. O avanço do agronegócio cerceia a produção camponesa familiar com a instauração do monocultivo como único modelo de plantio possível, e utiliza a lógica da agricultura capitalista para submeter a produção camponesa ao mercado, ao mesmo tempo em que precariza o trabalho no campo. No caso de Sergipe, o principal conflito se materializa através da submissão da renda camponesa. E, no caso de Alagoas a apropriação da precarização do trabalho com a intensificação do trabalho volante.

Palavras-chave: Capital, Agronegócio, Campesinato.

RESUMEN

El campo ha venido experimentando cambios en la forma de producir, en las técnicas aplicadas y en las relaciones de producción, producto principalmente de políticas agrícolas y agrarias implementadas por acciones del Estado, articuladas con los intereses del capital en múltiples escalas. En este sentido, esta investigación busca analizar los procesos engendrados por el metabolismo del capital con respecto a la producción y reproducción del espacio agrario a través de los hilos que conducen al conflicto entre *agronegocio* y campesinado, con el recorte espacial de los municipios de Simão Dias y Poço Verde en Sergipe y Coruripe en Alagoas. Los procedimientos metodológicos utilizados en este trabajo son una investigación bibliográfica, principalmente de textos de la disciplina de Teoría Agraria transmitidas en el Programa de Posgrado en Geografía - PPGeo, de la Universidad Federal de Sergipe, y lecturas y discusiones en el grupo de investigación. La búsqueda se basó en una lectura histórico-dialéctica materialista del conflicto entre la lógica de la producción campesina y la lógica de la producción agroindustrial, inscrita en la interacción entre capital y trabajo. El avance de la agroindustria restringe la producción campesina familiar con la introducción del monocultivo como único modelo de siembra posible, y utiliza la lógica de la agricultura capitalista para submetrizar la producción campesina al mercado, al tiempo que precariza el trabajo en el campo. En el caso de Sergipe, el principal conflicto se materializa a través de la sumisión de la renta campesina. Y, en el caso de Alagoas, la apropiación del trabajo precario con la intensificación del trabajo móvil.

Palabras-clave: Capital, *Agronegocio*, Campesinado.

¹Mestrando em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Sergipe – SE, wylamys@gmail.com;

²Mestrando em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Sergipe – SE, patrick.ufal@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX o campo vem passando por mudanças significativas na forma de produzir, nas técnicas aplicadas e nas relações de produção decorrentes, principalmente, das políticas agrícolas e agrárias implantadas pelas ações do Estado, articulado com os interesses do capital em múltiplas escalas, buscando ampliar e intensificar o processo de acumulação, tanto por meio da industrialização da agricultura quanto da exportação de *commodities*.

Desde o advento da Revolução Verde, no período pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas operam de forma a modernizar o campo, através de tecnologias e maquinários agrícolas. Pautado no discurso do desenvolvimento e da necessária produção de riquezas, o modelo de monocultivo agroexportador tende a perpetuar a concentração fundiária, a exploração da força de trabalho, destruição da natureza e, conseqüentemente o acirramento da desigual divisão social e territorial do trabalho.

Na década de 1990 o debate do avanço da acumulação de capital no campo brasileiro, que até então se alicerçava nos conceitos de modernização da agricultura e de complexo agroindustrial, passa a ser pautado por uma nova abordagem. Entra em cena o “agronegócio”, determinado por uma complexa articulação de capitais vinculados aos processos produtivos agropecuários estruturados através da relação público-privado, e das estratégias privadas de acumulação de capital circunscrita na aliança Estado-latifúndio (CAMPOS, 2011; DELGADO, 2012).

O avanço do agronegócio cerceia a produção camponesa familiar com a instauração do monocultivo como único modelo de plantio possível, e utiliza a lógica da agricultura capitalista para submeter a produção camponesa ao mercado, ao mesmo tempo em que precariza o trabalho no campo.

Nesse sentido, busca-se com essa pesquisa analisar os processos engendrados pelo metabolismo do capital no que concerne a produção e reprodução do espaço agrário através dos fios conducentes da conflitualidade existente entre agronegócio e campesinato, tendo como recorte espacial os municípios de Simão Dias e Poço Verde em Sergipe e Coruripe em Alagoas. No caso de Sergipe, o principal conflito se materializa através da submissão da renda camponesa, ao passo em que processo de subordinação do trabalhador camponês à dinâmica do capital transforma sua força de trabalho em mercadoria. E, no caso de Alagoas a apropriação da precarização do trabalho com a intensificação do trabalho volante.

Para melhor alcançar a compreensão dessas conflitualidades, se faz de acentuada



proficuidade analisar o processo de produção camponesa a partir de alguns teóricos considerados clássicos, tais quais: Chayanov (1974), Kautsky (1980), Lenin (1985) e Shanin (2005), a fim de apreender o processo de produção e reprodução do espaço agrário, e o encadeamento histórico de apropriação e subordinação dessa lógica de produção pelo capital. Bem como, analisar essa questão a partir da leitura de autores contemporâneos como Campos (2011), Conceição (2011), Delgado (2012), Graziano da Silva (1998), Marques (2008), Oliveira (2006, 2012), Souza Martins (1981), dentre outros.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho são a pesquisa bibliográfica, principalmente de textos da disciplina de Teoria Agrária ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Federal de Sergipe, e leituras no grupo de pesquisa, e o levantamento e análise de dados secundários sobre a questão agrária nos municípios estudados.

A pesquisa se fundamentou numa leitura Materialista Histórico e Dialética da conflitualidade existente entre a lógica de produção camponesa e a lógica de produção do agronegócio, inscrita na interação entre capital e trabalho. Entendendo a existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade humana, isto é, a nossa condição atual é herança de uma condição histórica e material. Permitindo a compreensão dialética dos acontecimentos processuais que permeiam o campo brasileiro, a partir das investidas do capital no campo e sua espacialização, bem como o entendimento das relações que são estabelecidas com os camponeses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo conhecido como modernização da agricultura aconteceu no período pós-Segunda Guerra Mundial, atrelado ao capital internacional e à acumulação, foi intensificado no Brasil a partir da década de 1960. De acordo com José Graziano da Silva (1998), essas transformações permitiram a constituição de uma nova síntese na chamada harmonia da produção sociedade-natureza, a partir de então, baseou-se no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola.

De acordo com Oliveira (2006), é necessária a distinção conceitual entre agricultura e agronegócio, onde o primeiro se refere às atividades econômicas milenares de produção



dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade e o segundo trata-se de uma atividade de monocultivo de exportação e corresponde à atividade econômica da produção de *commodities* para o mercado mundial.

Campos (2011) e Delgado (2012), partem da premissa de que o agronegócio não pode ser entendido de forma simplificada pela tradução livre do termo *Agribusiness*, que remete a operacionalização da produção e distribuição de produtos agrícolas ou agropecuários. O agronegócio para Campos (2011, p. 109),

[...] deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Coadunando com essa perspectiva, Delgado (2012) dilucida que na acepção brasileira, agronegócio é “[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p. 94).

Entretanto, em distinção ao agronegócio, o campesinato se apresenta em suma, como produção diversificada em pequenas áreas e é caracterizada principalmente pelo trabalho familiar. As unidades de produção camponesas, em compêndio, por utilizar a força de trabalho dos membros da família, estão atinadas na sua reprodução social, o que permite uma racionalidade distinta daquela imposta pela lógica do capital, baseada na extração de mais-valor.

A concepção de Espaço discutida neste trabalho, utilizada como sustentáculo para entender a produção do espaço agrário, parte principalmente, das elucubrações propostas por Smith (1988), pois concebe a produção do espaço a partir dos movimentos da história e, precipuamente possibilitado pela luta do par antagonístico inscrito no caráter de classe e mediado pelo Trabalho, onde é compreendido em sua totalidade de relações sociais e de domínio, em específico entre o agronegócio e o campesinato, no processo dialético de exploração do trabalho, de acumulação de capital e de sua reprodução.

Enquanto o campesinato produz, substancialmente para produção e reprodução de sua vida social e, maneja parte dessa produção ao mercado, em busca da continuação do processo de reprodução social, o capital penetra no campo, instaura a lógica de produção do agronegócio em busca de extração de lucro, a partir da super-exploração do trabalho, aliado



a apropriação da renda da terra.

Karl Marx (1997), no século XIX discute em Dezoito Brumário o conceito de camponês, onde os compreendia enquanto unidade básica de produção, autônoma, de reprodução da vida social e de econômica familiar patriarcal. Na sua visão, os camponeses constituíam um grupo com semelhanças estruturais e políticas consideráveis, observadas ao longo da história em diversos sistemas econômico-sociais, dos escravistas do passado até o período do florescimento do capitalismo.

Concisamente, se entende que o campesinato se cria e se recria através da relação familiar e do assalariamento temporário. Diversas dimensões sociais, políticas e econômicas são utilizadas para compreender a prática camponesa. O trabalho na terra e a produção de alimentos, constantemente, são as relações principais para identificação dos diferentes tipos de campesinato, contribuindo para entendimentos desta classe.

Karl Kautsky (1980), parte do pressuposto de que o campesinato não pode ser mais tratado como aquele grupo autossustentável que era antes do capitalismo. Em vista de que, o capital transforma o camponês em outra coisa diferente daquele camponês autônomo, o que pratica a agricultura de subsistência.

Assim,

Onde quer que se encontrem os camponeses proprietários, encontra-se igualmente a abundância. A tranquilidade, a confiança no futuro, a independência que asseguram a felicidade e a virtude. O camponês que faz, com os filhos, todo o trabalho de sua pequena herdade, que não paga renda a nenhum senhor, nem salário a nenhum subalterno, que gradua a sua produção e pelo seu consumo, que come o seu próprio trigo, bebe o seu vinho, que se veste com o seu cânhamo e sua lã, pouco se preocupa com os preços do mercado; porque ele pouco tem a vender e a comprar, e jamais é arruinado pelas revoluções do comércio (KAUTSKY, 1980, p. 30).

Entretanto, sob o capitalismo, faz-se necessário o desempenho de um duplo papel, agora, ao mesmo tempo em que ele é chefe da produção familiar, fornece e trabalha para a subsistência da família, vai ser obrigado também a realizar um trabalho excedente e vender a sua produção para ter dinheiro, ter renda, e poder sobreviver na sociedade capitalista.

Chayanov (1974) compreendia que a exploração rural não era homogênea e que, para além das unidades econômicas do tipo familiar, existiam inúmeras unidades semiproletárias e semicapitalistas. Entretanto, sua análise não partia do princípio da organização de uma teoria universal que abarcaria todas as formas de unidades de produção camponesas, mas sim, investigar todas as formas de organização de unidades econômicas de exploração familiar na agricultura.

O campesinato é deste modo, um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla que o inscreve em determinado tempo histórico. O camponês não deixa de



existir de acordo com a evolução dos modos de produção, pois este se reinventa, inclusive, a partir do próprio modo de produção capitalista o camponês sucumbe à lógica de produção do capital para permanecer no/do campo (SHANIN, 2005).

No Brasil, o preâmbulo do capital no campo pode ser analisado a partir de múltiplas determinações. Desde o processo de ocupação do território brasileiro, perpassando o período escravista, a industrialização, desembocando na lógica do agronegócio.

Muito se discute acerca da pertinência da utilização do conceito de Camponês nos dias atuais, em referencia a uma falsa ideia da supressão de tal condição face ao avanço do agronegócio. Porém, entende-se aqui a relevante necessidade de apreender o conceito em sua complexidade enquanto classe social para o entendimento da realidade concreta no campo que vai além de novos conceitos propostos, como: agricultores familiares, pequenos agricultores, etc.

Considerando as discussões contemporâneas, o agronegócio assume um posto antagônico à lógica de produção camponesa. E, ao passo em que se constitui a concepção de campesinato, surge o latifúndio enquanto par dialético.

Marques (2008) destaca que

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008, p. 58).

No Brasil, o conceito de campesinato deve ser entendido através das especificidades *in loco* relacionando com o contexto histórico global. Estando localizado na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista, é marcado por uma forte mobilidade espacial (MARQUES, 2008).

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p. 65).

A conflitualidade direta entre o campesinato e o agronegócio se estabelece a partir da terra, ou melhor, do processo de apropriação da sua renda, do seu valor. Visto que, para os camponeses, o acesso e o controle da terra comportam as funções de moradia, de trabalho, de vida (RAMOS FILHO, 2015). De acordo com a lógica da mundialização do capital monopolista, essa realidade fica marcada através da produção agrícola que ocupa um papel



específico e se estrutura em três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e nos monopólios mundiais (OLIVEIRA, 2012).

As alianças estabelecidas entre o capital e os agentes da terra, como os grandes proprietários latifundiários recebem do Estado total aparato de apropriação. A questão do financiamento público pode ser vista como exemplo da viabilização da monopolização de terra pela especulação. Essa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no campo, segundo Oliveira (2007) apresenta traços específicos, como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz consigo transformações nas relações de produção na agricultura, e consequentemente, redefinem toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Tessituras do agronegócio do milho em Simão Dias e Poço Verde

A expansão do capitalismo construída no movimento da história se apresenta como um processo demasiado intenso, encontrando formas de se expandir pelas diversas esferas da sociedade, instaurando sua lógica de produção e extração de lucro, suprimindo formas de (re)produção da vida pré-existentes. A condição para o desenvolvimento do capitalismo está presente na necessidade de um mercado organizado na escala mundial, assim para consolidação da sua estrutura sociometabólica busca tornar igualmente universal o modo de produção (SMITH, 1988).

Nesse contexto contemporâneo de acumulação de capital, têm-se atribuído à terra um conteúdo diferenciado, enquanto ativo financeiro. Deste modo, se consolida a dinâmica expansiva da burguesia industrial que tem interesse em reproduzir seu capital, através da relação de parceria com o Estado e a implantação de políticas econômicas que visam o acúmulo de riquezas. Os interesses da burguesia são os mesmos das oligarquias agrárias que não passa de reprodução de riquezas e de subordinação da classe trabalhadora, somente estabelecendo uma política de reprodução do capital no campo (SHIMADA, 2010).

A dinâmica da agricultura é determinada, sobretudo, pelo padrão de acumulação de capital, e do desenvolvimento da indústria. Surge um novo padrão de produção no campo, orientado fundamentalmente para o aumento da produtividade com a, Segundo Conceição (2011), consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, o que veio a ser chamado de Novo Mundo Rural.

Deste modo,

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, mas assim como o capitalista precisa pagar

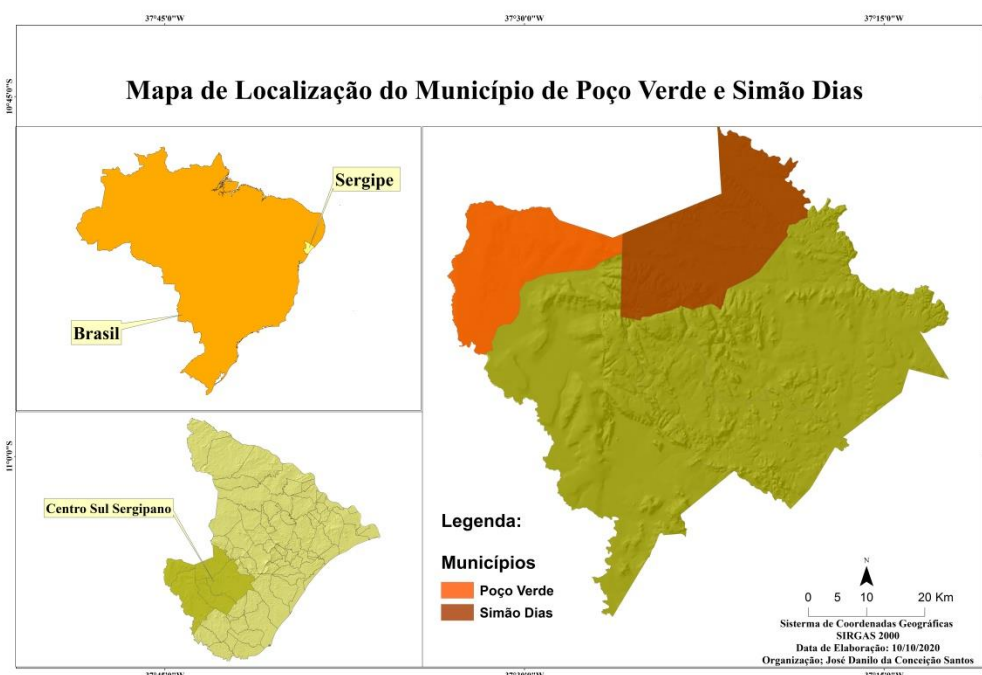


um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra (MARTINS, 1981, p. 160).

Assim como a força de trabalho pode ser transformada em mercadoria, a terra também é transformada em mercadoria. E, do mesmo modo que é necessário o pagamento de um salário ao trabalhador para que este incorpore trabalho na reprodução de capital, é necessário o pagamento de uma renda pelo uso da terra pelo capital ou pelo trabalhador. Isto é, na agricultura existe uma diferença entre a renda que a terra dá e o juro puro que o dinheiro pode dar. Embora o preço da terra seja regido pela taxa de juro do mercado financeiro, a terra permite a quem dela se apropria o direito de cobrar de toda sociedade um tributo, a renda capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Oliveira (2011), o aumento da produtividade do milho em Sergipe foi ocasionado principalmente pela mudança do padrão de produção, adotando um pacote tecnológico. Pois até então, o milho era plantado com técnicas tradicionais, atendendo a dinâmica de produção camponesa, e agora, sendo condicionada à subordinação ao mercado. O processo de modernização se iniciou em 2003, no município de Simão Dias, a partir dos primeiros experimentos de competição de cultivares feitos pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, depois desse processo se espalhou pelos demais municípios do Território e do estado, a exemplo Poço Verde:

FIGURA 1



Segundo os resultados do último Censo Agropecuário (2017), os municípios de Simão Dias e Poço Verde aparecem entre os principais produtores de milho em grão no



Território Centro Sul Sergipano.

Na produtividade média de milho em Sergipe houve crescimento sutil nos últimos anos, de acordo com os dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2010-2019) no ano de 2010 a produtividade média foi de 4.123kg/ha, se elevando para 4.985kg/ha no ano de 2017, apresentando uma queda no ano de 2019, com 4.838kg/ha. Entretanto, o que chama atenção é a elevação no nível de produção e rendimento do milho nos municípios de Simão Dias e Poço verde, os dados referentes ao ano de 2010 apontavam um rendimento da produção equivalente a 5.000kg/ha e 2.773kg/ha, respectivamente. Já no ano de 2019, apresentaram uma elevação de aproximadamente 20% em menos de dez anos, com 6.000kg/ha e 3.600kg/ha, de modo respectivo.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (PAN, 2010-2019), a produção de milho em toneladas nos municípios supracitados apresentou elevação significativa na última década: em 2010 Simão Dias e Poço Verde produziram 150.000 e 38.711 toneladas, respectivamente. E no ano de 2017, produziram 185.190 e 102.038 toneladas de milho em grãos, mutuamente.

Segundo os dados divulgados pelo IBGE, coletados pelo Censo Agropecuário de 2017, o Território Centro Sul Sergipano, tinha cerca de 5.000 estabelecimentos produtores de milho em grãos, cerca de 50% desses estabelecimentos estão localizados nos municípios de Simão Dias e Poço verde. Da mesma forma que estão entre os cinco maiores produtores do estado de Sergipe, com produção, respectivamente, de 26.179 e 8.876 toneladas, correspondendo a aproximadamente 22% da produção estadual. O que inscreve estes municípios como produtores fundamentais do agronegócio do milho no território e no estado.

A utilização de pacotes tecnológicos via introdução e intensificação do agronegócio tem modificado as relações no campo e as formas de apropriação da terra, tanto entre os produtores latifundiários, quanto entre os camponeses, que detém menores extensões de terras. Santana (2019) Elucida que,

O plantio do milho em Sergipe não tem atraído apenas grandes latifundiários, mas também pequenos proprietários de terra, para a produção a partir da aquisição de pacotes tecnológicos tem se distanciado da diversificação de cultivos e investido em apenas uma cultura (SANTANA, 2019, p. 19).

Essa “atração” pode ser melhor explicada quando se entende que a substituição do cultivo integrado de subsídio pelo cultivo de milho está intrinsecamente relacionado às políticas de incentivo por parte do Estado para adoção de pacotes tecnológicos, para incluir também o produtor camponês enquanto instrumento de manutenção da competitividade



face ao sistema do agronegócio.

O agronegócio, seguindo a lógica do sistema capitalista, encontra meios de se reproduzir e perpetuar seu caráter acumulativo, de segregação e de super-exploração. A lógica do agronegócio se insere nas entranhas da sociedade, impactando os diversos setores e camadas.

Além da utilização das terras em grandes propriedades, o agronegócio cerceia a produção camponesa familiar instaurando o monocultivo como único modelo de plantio possível, e utiliza a lógica da agricultura capitalista para submeter à produção camponesa ao mercado, ao passo em que, precariza o trabalho no campo. A terra para o capital funciona como elemento a ser apropriado com intuito de extração de mais-valor a partir do trabalho. Para os camponeses, a terra perpassa à dignidade da família, a proteção da natureza e sua existência.

As Faces da monocultura açucareira em Alagoas

O processo de formação histórica do estado de Alagoas tem em suas entranhas resquícios de um modo de produção superado, o capitalismo comercial europeu, o qual desencadeou um processo de colonização, saqueamento e de desenvolvimento de atividades agrícolas de exportação, baseadas em uma cultura de *plantation*. De acordo com Menezes (2011, p. 18):

A ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores foi efetuada, inicialmente, nas regiões costeiras, adentrando por uma estreita faixa para o interior, se considerada a dimensão do território brasileiro, seja o estabelecido pelas capitâncias hereditárias, seja o atual. No contexto colonial alguns pontos do território destacaram-se devido ao desenvolvimento econômico e urbano, como a região Nordeste, que ocupava posição importante no cenário das ações colonizadoras.

As atividades econômicas que foram desenvolvidas no período de colonização do Brasil moldaram os estados em seus aspectos de organização das relações sociais de produção, no caso de Alagoas, a monocultura da cana-de-açúcar é fator preponderante para se compreender a dinâmica em que o estado se configura.

De acordo com (Araújo, 2011 apud Furtado, 1961, p. 100):

Não existiria em caráter efetivo outro fenômeno socioeconômico no país que melhor evidencie a formação de nossa identidade territorial, que a produção açucareira, por ter sido está a grande motivadora dos portugueses para a colonização das terras por eles descobertas em função das grandes navegações. Diversas políticas estatais canavieiras foram sistematicamente se constituindo no Brasil, estabelecendo-se desde o engenho colonial até a época das usinas sucroalcooleiras modernas.

A configuração espacial do território alagoano foi construída através de atividades econômicas que ocorreram há quase meio século, todavia, tais características ainda se fazem



totalmente presentes na contemporaneidade. Nesse sentido Vidal (2015), evidencia que:

Alagoas é o maior produtor nordestino de cana-de-açúcar, respondendo por mais de 40% da produção regional, sendo que grande percentual dessa matéria-prima é destinada para fabricação de açúcar. Assim, o Estado é também o maior produtor de açúcar do Nordeste, correspondente por mais de 50% do volume desse bem produzido na Região. A demanda crescente por açúcar no mercado mundial e por etanol no mercado interno, por conta do aumento da frota de veículos flex, resultou no crescimento de investimentos no setor produtivo de cana-de-açúcar no Brasil na década de 2000 (VIDAL, 2015, p. 35).

A Tabela a seguir apresenta os valores a respeito da produção de cultivares específicos em Alagoas.

Tabela 1 – Valor da produção das principais cultivos temporários e permanentes em Alagoas, 2002 e 2012.

Culturas	Valor da Produção (mil R\$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	1.845.863	1.828.446	-0,9	94,5	96,6
Cana-de-açúcar	1.537.943	1.627.102	5,8	78,7	86,0
Mandioca	108.084	139.151	28,7	5,5	7,4
Fumo	16.686	22.519	35,0	0,9	1,2
Batata-doce	11.935	14.743	23,5	0,6	0,8
Arroz	12.374	7.737	-37,5	0,6	0,4
Feijão	96.703	6.348	-93,4	5,0	0,3
Outros	62.137	10.846	-82,5	3,2	0,6
Lavoura permanente	107.266	64.455		5,5	3,4
Banana	26.208	22.038	-15,9	1,3	1,2
Laranja	52.145	18.112	-65,3	2,7	1,0
Coco-da-baía	25.370	16.190	-36,2	1,3	0,9
Mamão	40	3.933	9.704,4	0,0	0,2
Manga	1.713	1.406	-17,9	0,1	0,1
Maracujá	1.513	1.470	-2,8	0,1	0,1
Outros	277	1.306	371,5	0,0	0,1

Fonte: Vidal (2015).

Nota: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

É evidente que a economia agrícola alagoana possui uma enorme dependência para com a produção de cana-de-açúcar e derivados, uma vez que a quase totalidade da produção agrícola está circunscrita a dinâmica do monocultivo açucareiro.

Com uma economia dependente de um único produto, na tentativa de conseguir um superhávít e possuir um saldo positivo na balança comercial os investimentos do estado são concentrados nessa atividade que é o amêgo do agronegócio.

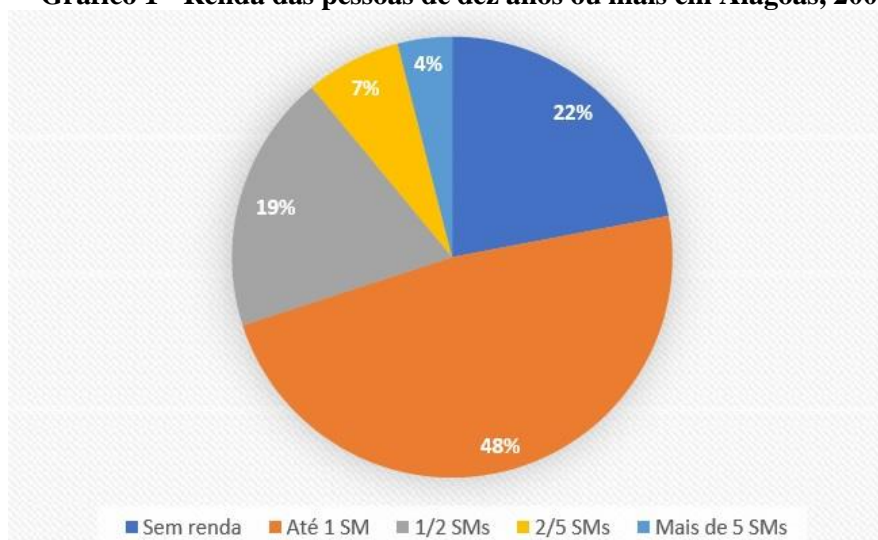
Tais atividades acabam impulsionando os problemas sociais do referido estado, uma vez que a grande concentração de terras destinadas a uma monocultura de exportação inibe um possível desenvolvimento socioeconômico e a garantia da segurança alimentar dos



alagoanos.

Para enfatizar as desigualdades sociais em Alagoas, a qual é possível inferir que é fruto do desenvolvimento do processo histórico, o gráfico a seguir apresenta uma estimativa de renda per capita da população alagoana.

Gráfico 1 - Renda das pessoas de dez anos ou mais em Alagoas, 2006.



Fonte: IBGE/PNAD (2006).

De acordo com Carvalho (2008):

A pobreza combinada com a má distribuição de renda são os elementos determinantes para a compreensão de outros fenômenos regionais. A economia do Estado possui um reduzido parque industrial, uma agricultura com alguns poucos setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços baseada na economia informal, pouco desenvolvida, e, por isso, incapaz de gerar mais empregos. Apresenta, ainda, uma das mais concentradas distribuições de renda do Brasil (CARVALHO, 2008, p. 11).

Existe uma relação proporcional entre o baixo dinamismo de atividades produtivas e a questão das desigualdades sociais, tendo em vista que a economia do estado de Alagoas tem uma parcela de dependência com o agronegócio da cana-de-açúcar.

A tabela a seguir apresenta uma variação da concentração de renda em Alagoas.

Tabela 2 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Alagoas, Nordeste e Brasil.

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Alagoas	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,370	0,405	0,501
IDH (2010)	0,682	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,574	0,626	0,614

Índice de Gini (2013)	0,525	0,537	0,527
-----------------------	-------	-------	-------

Fonte: IPEA (2014)

Nota: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IPEA/DATA.

A concentração de renda e os indicadores de desenvolvimento humano apresentaram uma melhora ao longo dos anos em Alagoas. A economia açucareira está presente em diversos municípios do referido estado, contudo compete a essa parte da pesquisa realizar uma observação detalhada sobre o município de Coruripe-AL.

O município de Coruripe-AL em 2019 teve uma produção de 2,83 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, tornando-se o 47º maior produtor do país. Segundo o IBGE, em 2019 o estado de Alagoas teve a maior safra de cana-de-açúcar dos últimos quatro anos. Totalizando 18,702 milhões de toneladas produzidos no estado, constituindo um aumento de 11,7% quando comparado com o ano anterior. A quantidade produzida faz com que Alagoas esteja como sétimo maior produtor de cana-de-açúcar no país e o primeiro na região Nordeste.

Figura 2



Fonte: Elaboração pessoal.

Desde o seu processo de formação econômica e territorial, o estado de Alagoas ainda possui uma característica muito forte do que foi o segundo ciclo econômico do país, o ciclo do açúcar. De acordo com Vidal (2015) a participação da produção açucareira chega a 86% nos setores de lavoura temporária e permanente. O estado tem uma forte dependência para com o setor sucroenergético, a tabela a seguir evidencia a participação desse cultivo em Alagoas.



Tabela – 3 Produção agrícola estadual (lavoura temporária): acima de R\$ 100 milhões - área de atuação do BNB – 2012.

PRODUTO	R\$ MILHÕES									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TOTAL
CANA-DE- AÇÚCAR	1.627	430	124	240	407	909	52	287	231	4.653

Fonte: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, 2014.

A participação expansiva do monocultivo açucareiro em Alagoas pode ser compreendida como uma dependência para com o modelo agroexportador lapidado pelo agronegócio. Tal modelo proporciona uma problemática para o referido estado que já conta com um contraste social alarmante. De acordo com Carvalho (2008), o estado tem uma sociedade marcada por um dado incômodo: 62% da população é considerada pobre, pela pesquisa Radar Social do IPEA, e mais da metade dos seus habitantes se beneficia do programa Bolsa Família.

As terras mais férteis e agricultáveis se encontram na região Sul do estado, no entanto, essas grandes proporções de terras são utilizadas a prática do monocultivo açucareiro, enquanto que as atividades agrícolas voltadas à garantia da segurança alimentar dos alagoanos está inserida nas regiões do Agreste e Sertão.

A tendência da formulação de reconfiguração das relações de produção no campo, promovem um conflito entre o agronegócio e os trabalhadores, à medida que se condiciona nesse seguimento uma expansão de terras agricultáveis para a monocultura açucareira determinando que as atividades agrícolas de subsistência estejam localizadas em regiões do semiárido.

O processo de modernização aplicado ao campo também alterou as relações sociais e materiais de produção no espaço agrário alagoano, dando início à precarização do trabalho e a disseminação de mazelas sociais. Logo, o principal fio de conflitualidade entre campesinato e agronegócio está circunscrito na lógica de produção do trabalho volátil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo e a constituição do modelo de produção pautado na extração de lucro no campo – o agronegócio – as relações sociais no espaço agrário foram consideravelmente alteradas, visto que, tais formas de



produção possuem formas de realização e objetivos antagônicos, resultados e influências desiguais face ao Estado.

Constituem elementos fundantes do conflito estabelecido entre esse duplo molde de produção e reprodução no campo e as novas (re)configurações do espaço agrário, a terra, e suas variadas faces territoriais, de acesso, de manejo, de interação, de apropriação dos produtos, da comercialização, dos objetivos de inserção dos produtos no mercado, das disputas frente ao Estado por políticas públicas. A conflitualidade que se estabelece entre o modo de produção camponês e o agronegócio perpassa, sobremaneira, o cerne da interação Capital-Trabalho.

Se desvela uma tendência de aumento do poder do agronegócio materializado na expansão da produção de *commodities*, na intensificação da mecanização e uso de agrotóxicos e na intensificação da exploração da força de trabalho com o aumento da terceirização do trabalho rural, o que implica no agravamento da questão agrária. O principal conflito se materializa através da submissão da renda camponesa, ao passo em que processo de subordinação do Trabalhador camponês à dinâmica do capital transforma sua força de trabalho na forma mercadoria, possibilitando a produção do trabalho precarizado e volátil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. T. Impactos Socioeconômicos na família dos pequenos proprietários rurais: Consolidação da empresa agrícola da cana-de-açúcar em Itapaci-Go. Cadernos CERU, 2011. série 2, v.22, n.1. 95-112p

NORDESTE, Banco do. **Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas**, 2014.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Outras Expressões/Clacso, Buenos Aires, 2011.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. 1974.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. *In: Revista Geonordeste*, Ano XXII, n.2, 2011, p. 1-16.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.

DOMICÍLIOS, P. N. A. D. "Segurança Alimentar 2013." Rio de Janeiro: IBGE (2014). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 23 de



outubro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. 2010-2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 18 jul. 2021.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. Tradução de: C. Iperóig.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de S.. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 1981.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MENEZES, Catarina Agudo. "A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais." (2011).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra livre**, São Paulo, 2006. ano 22, v. 1, n. 26, jan.–jun. p. 13-43.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A mundialização da agricultura brasileira**. Anais: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2021

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, O. S. **Relações entre tecnologia e sustentabilidade da produção de milho em Sergipe a partir de indicadores Biológicos da qualidade do solo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar**. In RAMOS FILHO, Eraldo da S. et al (Org.). Estado, políticas públicas e território., ed. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 39-66.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/municipio-de-coruripe>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.

SANTANA, Ana P. S. **Aspectos da sustentabilidade nas explorações do milho em assentamentos rurais no centro oeste de Sergipe**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.



SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Nera, Presidente Prudente*, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHIMADA, Shiziele de O. **Do Latifúndio e do Agronegócio**: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “Escravo”. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós- Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VIDAL, M. F. Agricultura. In: BEZERRA, F.J.A. *et al.* (Org). **Nordeste do Brasil**: Sinopse Estatística. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. 178 p.